

SEGURANÇA PÚBLICA

Tributo a policiais mortos no Rio

Senado homenageia os agentes vitimados na megaoperação de outubro, o governo fluminense e as forças de segurança do estado

» DANANDRA ROCHA

O Senado realizou, ontem, uma sessão solene em tributo aos policiais mortos durante a megaoperação nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de outubro. O ato, no plenário da Casa, também prestou homenagem ao governo fluminense, à Polícia Civil e à Polícia Militar pela atuação na ação que ficou marcada como a mais letal da história do estado, com 121 mortos, incluindo os quatro agentes de segurança.

Durante a cerimônia, a cúpula da segurança pública do Rio de Janeiro foi homenageada e familiares de dois policiais mortos na megaoperação receberam flores.

Participam da cerimônia o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL-RJ); o deputado Guilherme Derite (PP-SP), relator do PL Antifacção; o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sandro Avelar; e a vice-governadora Celina Leão (DF). O evento, proposto por senadores aliados de Castro, foi descrito por parlamentares como um gesto de solidariedade às forças policiais e às famílias das vítimas.

Antes da sessão, Castro se emocionou ao comentar a iniciativa do Congresso: “É o reconhecimento do Parlamento aos nossos heróis que tombaram em combate. As únicas vítimas daquele dia foram os quatro policiais que perderam a vida”, enfatizou o governador.

Geraldo Magela/Agência Senado



Famílias dos policiais mortos na megaoperação nos Complexos da Penha e do Alemão assistiram ao tributo e receberam flores

Derrite chorou e dedicou boa parte de sua fala aos agentes de segurança, a quem chamou de “heróis” e, no caso dos policiais do Rio, de “super-heróis”. “Os policiais do Rio de Janeiro enfrentam uma

realidade única, enfrentamento que nem na guerra do Iraque”, afirmou, dirigindo-se às famílias dos agentes mortos.

O deputado também usou o discurso para defender o texto do PL

Antifacção, que propõe o aumento de penas para integrantes e financiadores do crime organizado, além de criar regras mais rígidas para o sistema prisional. Segundo ele, o projeto busca corrigir falhas da

legislação atual e fortalecer o trabalho das forças de segurança.

Ele rebateu críticas de que seu parecer enfraquece a atuação da Polícia Federal e da Receita Federal. “Isso é uma mentira. A Polícia Federal é uma

instituição respeitada, e nosso projeto fortalece o combate integrado ao crime organizado”, disse.

Em discurso, Castro comentou sobre o avanço do crime organizado e os desafios da segurança pública no país. Destacou que o problema vai além das facções e envolve “organizações narcoterroristas” que movimentam bilhões de reais e controlam cadeias produtivas inteiras.

“Nós vimos o crescimento de barricadas, a chegada desenfreada de armas e cadeias produtivas inteiras dominadas pelo crime organizado”, frisou. “Essas organizações lavam bilhões de reais. Só o PCC, em dois anos, lavou R\$ 32 bilhões. Isso equivale a todo o orçamento da segurança pública do Rio de Janeiro em um ano.”

O governador alertou que o domínio territorial dessas organizações já reproduz estruturas de poder paralelas, com “armas de guerra”, “impedimento de ir e vir” e “tribunais próprios para punir”. Para Castro, o país precisa enxergar que o problema é mais profundo do que o enfrentamento de facções.

“O verdadeiro problema está muito longe de ser apenas facção criminosa. O que temos são territórios dominados, com legislações próprias impostas por criminosos”, disse.

Ele também apresentou números que, segundo ressaltou, revelam a dimensão do desafio no estado. Segundo afirmou, em 2024, foram apreendidos 732 fuzis nas ruas do Rio de Janeiro.

Chefes do CV são transferidos para presídios federais

Rogério Santana/Divulgação



Líderes do Comando Vermelho foram para presídios não divulgados

Sete líderes do Comando Vermelho (CV) foram transferidos, ontem, para presídios de segurança máxima do país. A ação atendeu a um pedido do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), após a megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha, que resultou na morte de 121 pessoas, incluindo quatro policiais, no fim do mês passado.

Os chefes do CV transferidos têm condenações por homicídio, tráfico de drogas e de armas e formação de quadrilha, entre outros crimes. Somadas, as penas deles superam 400 anos de prisão. Não foi divulgado para quais unidades eles foram levados.

Segundo o governo federal, o Rio de Janeiro é o estado com o maior número de presos sob custódia federal, totalizando 66 custodiados de alta periculosidade. Somente em 2025, 19 novas inclusões foram realizadas no Sistema Penitenciário Federal.

As transferências obedecem ao rito processual estabelecido com o Poder Judiciário, que analisa individualmente cada pedido e autoriza a inclusão dos criminosos nas unidades federais. Ao solicitar a transferência, Castro

alegou a intenção de enfraquecer a comunicação entre as lideranças e outros integrantes da facção. Os criminosos deixaram a Penitenciária Laércio da Costa Peregrino, em Bangu, e foram levados ao aeroporto do Galeão,

onde embarcaram em avião da Polícia Federal.

Nas penitenciárias federais, cada preso ocupa cela individual e não tem contato com outros custodiados, permanecendo 22 horas por dia em regime

de isolamento e duas horas de banho de sol, sob monitoramento permanente de policiais penais federais e sistemas de vigilância eletrônica.

O Brasil tem cinco presídios federais, administrados pela

Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça. São: Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO), Mossoró (RN) e Brasília (DF). Ao todo, as unidades abrigam cerca de 500 presos. (Luana Patriolino)

» Entrevista | **CAROLINA GRILLO** | coordenadora do Geni da UFF

"Crise no Rio não é de segurança, é humanitária"

» LUANA PATRIOLINO

A antropóloga Carolina Grillo, coordenadora do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni) da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que a crise no Rio de Janeiro é, acima de tudo, humanitária. Ela critica medidas como aumento de pena para integrantes de facções e a intenção de equiparar crime organizado com terrorismo. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o caminho para enfrentar a violência armada no Rio?

É preciso um completo redirecionamento das políticas de segurança pública para que elas passem a atuar com inteligência e com respeito ao direito à vida das pessoas. Esse modelo de atuação centrado em operações policiais de incursão armada é o que já se faz há quatro décadas — e já se provou não apenas ineficiente como algo que contribui para a escalada da violência armada no Rio de Janeiro.

Por que o método é perigoso?

O único método de combate ao crime, usado no Rio, é realizar incursões armadas nesses territórios. No entanto, quanto mais violentas são essas operações, maior é o

estímulo para que esses grupos armados ofereçam maior resistência à atuação da polícia. Então, temos uma situação de conflitos, que vem se escalando há décadas.

Há também a exposição dos policiais...

Quatro policiais mortos. Mostra um descaso do ponto de vista das autoridades públicas com a vida de seus próprios agentes. Mas quatro policiais mortos para 117 pessoas mortas pela polícia é uma razão de um policial morto para cada 29 pessoas mortas pela polícia. É um claro indício de abuso da força e uma clara evidência de que a gente não está falando com grupos que desafiam o poder bélico do estado de forma alguma. Então, se eles se perpetuam dessa forma, é porque não há o empenho em dismantelamento dessas redes criminais, em regulação dos mercados que constituem as bases econômicas desse grupo, em investigar de verdade os mercados de armas que fornecem armamento para esses grupos.

O governador do Rio afirmou que a operação foi um sucesso. Como rebater essa declaração?

Essas vidas que foram ceifadas durante o massacre são

Reprodução/CNN



O Brasil prende cada vez mais, a polícia mata cada vez mais, e ninguém vê o Brasil se tornando um país mais seguro"

insubstituíveis do ponto de vista dos seus familiares. No entanto, do ponto de vista do Comando Vermelho, todas são absolutamente substituíveis. Há décadas são feitas operações policiais, a

maioria delas ocorre em áreas de Comando Vermelho, as megachacinas que aconteceram durante o governo Cláudio Castro foram todas em áreas de Comando Vermelho, e, mesmo assim, o que a

gente observa é que esse grupo continua expandindo seus territórios. No entanto, a população é muito mal-informada. Há uma mobilização por parte de autoridades públicas mal-intencionadas, que se utilizam da sensação de insegurança para prometer soluções fáceis para problemas difíceis. E propagam a ideia de que prender e matar pode funcionar. O Brasil prende cada vez mais, a polícia mata cada vez mais, e ninguém vê o Brasil se tornando um país mais seguro.

Decretar GLO funciona?

Todas as GLOs no Rio de Janeiro foram um fracasso. Não temos, no Rio de Janeiro, uma crise de segurança pública, temos uma crise humanitária, que foi promovida pelo governo por autorizar o massacre. A experiência de violência armada Rio é marcada pela segregação socioespacial. As pessoas que vivem nos bairros mais abastados estão submetidas apenas à criminalidade comum, como qualquer grande cidade do mundo. No entanto, a população que vive sob domínio desses grupos armados é quem tem uma experiência de viver no fogo cruzado entre a violência dos grupos armados e a do estado.

Aumentar penas é eficiente?

Propostas de aumentar a pena para certos crimes são medidas populistas, que não surtem nenhum efeito dissuasivo da prática de crimes. Os jovens que ingressam nessas redes criminosas não estão contando com a impunidade, eles sabem que serão presos ou mortos. A prisão, no Brasil, oferece péssimas condições de encarceramento, sabe-se que é um massacre, sabe-se que a morte é um destino inevitável para as pessoas que ingressam nas fileiras do crime. Mesmo assim, esses jovens acabam ingressando nessas organizações, não por um cálculo racional de que vai dar certo, e, sim, por uma completa falta de oportunidade, de amparo por parte de políticas sociais e de políticas de assistência do Estado.

Como avalia o projeto de lei que equipara facções a terrorismo?

Isso é um disparate. O Comando Vermelho é um grupo armado que atua em mercados ilegais, que utiliza da violência, da força, para controlar a venda de drogas e de outros mercados e, assim, obter lucro, ou seja, não há nenhuma motivação política relacionada à atuação do Comando Vermelho.